

Demonstrações Contábeis

BANCO CLÁSSICO S.A.

CNPJ: 31.597.552/0001-52

30 de junho de 2020

com Relatório do Auditor Independente.

BANCO CLÁSSICO S.A.

Avenida Presidente Vargas, n° 463 – 13° andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ

CNPJ N° 31.597.552/0001-52

Demonstrações contábeis

Em 30 de Junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Índice

Relatório da Administração	3-4
Relatório do auditor independente	5-9
Balanço patrimonial.....	10
Demonstrações dos resultados dos exercícios.....	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis	15-39



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2020

Objetivos estratégicos

O Banco Clássico S.A. tem como estratégia o investimento no setor de infraestrutura do País, particularmente nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás, direcionando o reinvestimento dos recursos oriundos dessas aplicações e a manutenção em caixa de recursos suficientes, para a qualquer momento, e com oportunidade, usar esses recursos em novas aplicações, mantendo com esse encaixe, como plano de contingência para necessidades financeiras imediatas.

Metas de crescimento e meios de expansão

O Banco Clássico S.A. revisa diariamente seu posicionamento no mercado, observando e mensurando as condições econômicas financeiras, política, legal e de mercado que podem causar algum desvio de rota.

Também, sempre pautou em sua estratégia em assegurar uma posição sólida e com rentabilidade consistente, proporcionando ao longo de sua trajetória agregar valor ao capital, bem como contribuindo para o desenvolvimento sustentável, dentro dos limites definido pela Diretoria.

Clientes, mercados, produtos e serviços visados na estratégia

O Banco Clássico S.A. possui uma carteira de clientes relativa às Empresas do Grupo, e as mesmas, seguem as regras e políticas estabelecidas pela instituição e em conformidade as bases normativas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Seus sistemas e processos integrados, que possibilita um acompanhamento pontual dos limites máximos de seus clientes, e caso ocorrendo uma variação será imediatamente ajustado.



Processo de planejamento estratégico & implantação da estratégia

Anualmente, a estratégia do Banco Clássico S.A é revisada com a finalidade de ajustar o posicionamento quando necessário e corrigir eventuais desvios da rota preestabelecida. Todas as decisões estratégicas tomadas pela Diretoria são pautadas no Código de Ética da Organização e são avaliadas periodicamente, buscando assegurar balanço sólido e rentabilidade consistente, proporcionando agregar valor ao capital, bem como contribuindo para o desenvolvimento sustentável, dentro dos limites de risco estabelecido pela Diretoria.

Diretoria

José João Abdalla Filho
Raquel da Fonseca Cantarino
Manoel Eduardo Lopes
Ronaldo Dias

Diretor Presidente
Diretor vice presidente
Diretor
Diretor

A Diretoria



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do
BANCO CLÁSSICO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Clássico S.A. (“Banco”), identificadas como controladora, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, do Banco Clássico S.A. (“Consolidado”), elaboradas conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.280/13, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Clássico S.A. e do Conglomerado Prudencial do Banco Clássico S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de ativos financeiros

O Banco Clássico S.A. possui investimentos em cotas de fundos de investimento, cuja mensuração ao valor justo se dá pela atualização dos valores das cotas dos fundos investidos divulgadas pelos respectivos administradores. Esses fundos investem substancialmente em ativos financeiros mensurados ao valor justo em função do valor de mercado que compõem a sua carteira de ativos. Devido à relevância desses investimentos em relação ao patrimônio líquido do Banco, esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspectos julgados necessários às circunstâncias:

- Obtivemos a confirmação da quantidade cotas de fundos detidas pelo Banco;
- Recalculamos a valorização das aplicações nos fundos investidos, com base nas cotas divulgadas pelos respectivos administradores;
- Obtivemos as carteiras de investimento dos fundos investidos na data-base na nossa auditoria e avaliamos, de acordo com a composição e perfil de risco dos investimentos, se os valores das cotas divulgadas representam adequadamente os seus valores justos; e
- Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto evidenciadas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, apresentadas para fins de comparação por força das normas emanadas do Banco Central do Brasil, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 19 de agosto de 2019.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis editadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, que trata do Conglomerado Prudencial e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- f) Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Banco e suas controladas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2020.

AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

CRC RJ-Nº 0202

ERNESTO PATRÍCIO GIRÁLDEZ

- Contador CRC-RJ Nº 053.076/O-2 -

**BANCO CLÁSSICO S/A**
CNPJ: 31.597.552/0001-52**BALANÇO PATRIMONIAL**
DO SEMESTRE FINDO EM JUNHO DE 2020 E EXERCÍCIO FINDO EM DEZEMBRO DE 2019

	R\$ Mil			R\$ Mil	
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	Nota	Semestre 06/2020	Exercício 12/2019	Semestre 06/2020	Exercício 12/2019
ATIVO CIRCULANTE		10.565.684	11.550.445	9.262.186	10.335.475
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	<u>6</u>	1.345.216	1.126.923	1.345.225	1.127.195
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	<u>7</u>	9.190.792	10.423.521	7.836.730	9.208.278
Carteira Própria		9.165.844	10.393.410	7.811.782	9.178.167
Moedas de Privatização		54	54	54	54
Vinculados à Prestação de Garantias		24.948	30.111	24.948	30.111
Provisões para Valorização/Desvalorizações		(54)	(54)	(54)	(54)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<u>8</u>	2	1	2	2
Depósitos no Banco Central		2	1	2	2
OUTROS CRÉDITOS	<u>10</u>	29.674	-	80.226	-
Rendas a Receber		29.674	-	80.226	-
OUTROS VALORES E BENS		-	-	3	-
Despesas Antecipadas		-	-	3	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>11</u>	448.745	566.476	448.745	665.148
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
OUTROS CRÉDITOS	<u>10</u>	107.580	225.322	107.580	323.991
Rendas a Receber		-	117.778	-	210.348
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-	6.099
Diversos		107.580	107.544	107.580	107.544
OUTROS VALORES E BENS		-	-	-	3
Despesas Antecipadas		-	-	-	3
INVESTIMENTOS	<u>11.a</u>	340.693	340.693	340.693	340.693
No País		-	-	-	12.487
Outros Investimentos		340.693	340.693	340.693	340.693
(Provisões para Perdas)		-	-	-	(12.487)
IMOBILIZADO DE USO	<u>11.b</u>	472	461	472	461
Imóveis de Uso		600	600	600	600
Outras Imobilizações de Uso		160	130	160	130
(Depreciações Acumuladas) (-)		(288)	(269)	(288)	(269)
TOTAL DO ATIVO		11.014.429	12.116.921	9.710.931	11.000.623
PASSIVO CIRCULANTE		4.044.046	4.399.346	2.740.548	3.283.009
DEPÓSITOS		58	125	58	125
Depósitos à Vista		58	125	58	125
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	<u>13</u>	1.303.534	1.116.337	-	-
Carteira de Terceiros		1.303.534	1.116.337	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	<u>14</u>	2.740.454	3.282.884	2.740.490	3.282.884
Sociais e Estatutárias		68.838	-	68.838	-
Fiscais e Previdenciárias		2.671.578	3.282.884	2.671.578	3.282.884
Diversas		38	-	74	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	68.844	-	68.883
OUTRAS OBRIGAÇÕES	<u>14</u>	-	68.844	-	68.883
Sociais e Estatutárias		-	68.838	-	68.838
Diversas		-	6	-	45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>18</u>	6.970.383	7.648.731	6.970.383	7.648.731
Capital		3.627.666	3.560.747	3.627.666	3.560.747
De Domiciliados no País		3.627.666	3.560.747	3.627.666	3.560.747
Reservas de Lucros		133.461	133.461	133.461	133.461
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos		3.209.673	3.954.523	3.209.673	3.954.523
Prejuízos Acumulados		(417)	-	(417)	-
TOTAL DO PASSIVO		11.014.429	12.116.921	9.710.931	11.000.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Banco Clássico

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E 2019

		R\$ Mil		R\$ Mil	
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	SEMESTRE 06/2020	SEMESTRE 06/2019	SEMESTRE 06/2020	SEMESTRE 06/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	24.862	50.125	24.862	50.125
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		24.862	50.125	24.862	50.125
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(22.108)	(41.252)	(22.108)	(41.252)
Operações de Captação no Mercado		(22.108)	(41.252)	(22.108)	(41.252)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.754	8.873	2.754	8.873
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.161)	(2.232)	(3.161)	(2.232)
Receitas de Prestação de Serviços	15	94	92	94	92
Despesas de Pessoal		(447)	(464)	(447)	(464)
Outras Despesas Administrativas	16	(2.783)	(1.771)	(2.783)	(1.771)
Despesas Tributárias		(183)	(95)	(183)	(95)
Outras Receitas Operacionais	15	158	6	158	6
RESULTADO OPERACIONAL		(407)	6.641	(407)	6.641
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(407)	6.641	(407)	6.641
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(11)	-	(11)	-
Provisão para Contribuição Social		(11)	-	(11)	-
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(418)	6.641	(418)	6.641
RESULTADO LÍQUIDO APÓS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO		(418)	6.641	(418)	6.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E 2019

	R\$ Mil	
	CONTROLADORA	
	SEMESTRE	SEMESTRE
	06/2020	06/2019
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(418)	6.641
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(744.850)	1.037.781
Resultado no ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	(744.850)	1.037.781
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	(745.268)	1.044.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Banco Clássico

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E 2019

	CONTROLADORA						R\$ Mil
	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Títulos Disponíveis para Venda	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM 31/12/2019	3.560.748	-	92.913	40.548	3.954.523	-	7.648.732
AUMENTO DE CAPITAL	66.919						66.919
VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA					(744.850)		(744.850)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO						(418)	(418)
SALDO EM 30/06/2020	3.627.667	-	92.913	40.548	3.209.673	(418)	6.970.383
MUTAÇÃO DO PERÍODO	66.919	-	-	-	(744.850)	(418)	(678.349)
SALDO EM 31/12/2018	3.294.828	-	85.937	191.514	2.673.416	-	6.245.695
AUMENTO DE CAPITAL		265.919					265.919
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL			332			(332)	-
VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA					1.037.781		1.037.781
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO						6.641	6.641
APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS				(191.514)			(191.514)
CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR						(1.577)	(1.577)
CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS				4.732		(4.732)	-
SALDO EM 30/06/2019	3.294.828	265.919	86.269	4.732	3.711.197	-	7.362.945
MUTAÇÃO DO PERÍODO	-	265.919	332	(186.782)	1.037.781	-	1.117.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E 2019

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil		R\$ Mil	
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	06/2020	06/2019	06/2020	06/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(418)	6.641	(418)	6.641
MAIS: DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	20	22	20	22
VARIAÇÃO DE AJUSTES PATRIMONIAIS	(744.850)	1.037.781	(744.850)	1.037.781
AUMENTO/REDUÇÃO EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.232.729	(2.028.974)	1.371.548	(1.690.721)
AUMENTO/REDUÇÃO EM RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(1)	(1)	-	(1)
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS	88.068	140.629	136.185	65.839
AUMENTO/REDUÇÃO EM DEPÓSITOS A VISTA	(67)	(3)	(67)	(3)
AUMENTO/REDUÇÃO POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	187.197	263.739	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	(611.306)	848.118	(611.306)	848.118
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTRAS OBRIGAÇÕES	32	(1)	29	(1)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	151.404	267.951	151.141	267.675
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
PAGAMENTO PELA COMPRA DE IMOBILIZADO	(30)	(5)	(30)	(5)
CAIXA LÍQ. GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(30)	(5)	(30)	(5)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO	-	(265.919)	-	(265.919)
AUMENTO DE CAPITAL	66.919	265.919	66.919	265.919
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	66.919	-	66.919	-
AUMENTO/ REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	218.293	267.946	218.030	267.670
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:				
DISPONIBILIDADES				
INÍCIO DO PERÍODO	1.126.923	1.158.447	1.127.195	1.158.750
FIM DO PERÍODO	1.345.216	1.426.393	1.345.225	1.426.420
AUMENTO OU REDUÇÃO	218.293	267.946	218.030	267.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Clássico S. A. (“Instituição” ou “Banco Clássico”) iniciou suas atividades em 1989, estando no mercado há 31 anos. Sua principal atuação consiste na aplicação de recursos próprios no mercado financeiro em de Títulos Públicos Federais de longo prazo, e através de fundos de investimentos, no mercado valores mobiliários em ações de companhias abertas, principalmente do ramo de energia.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, instituído pelo BACEN.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Instituição está apresentando as demonstrações contábeis individuais do Banco Clássico (Controladora), comparativamente com as demonstrações contábeis consolidadas (Consolidado), representando as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, requeridas pela Resolução CMN nº 4.280/13.

A consolidação do Conglomerado Prudencial está composta pelas seguintes entidades:

Banco Clássico S.A. (Controladora)
BANCLASS Fundo de Investimento em Ações
Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do órgão regulamentador Banco Central do Brasil – BACEN.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Como principais normas homologadas pelo órgão regulador, dispomos abaixo, e aplicadas quando em face de enquadramento na norma:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 08 (R1) – Títulos e Valores Mobiliários
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 – Evento Subsequente;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- CPC 35 (R2) – Demonstrações separadas
- CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas
- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para melhorar o efeito de comparabilidade as Demonstrações Contábeis foram organizadas lateralmente, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações foram preparadas em separado, exceto a Demonstração de Mutação de Patrimônio Líquido e a Demonstração do resultado Abrangente (DRA), pois, ambas são iguais, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações contábeis, controladora e consolidado, foram preparadas de acordo com as normas internacionais (IFRS), e as práticas adotadas no Brasil divulgadas através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

São adotadas as práticas contábeis previstas pela Lei das S/A, sendo as principais:

a) Os resultados das operações são apurados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalente de caixa

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) inclui dinheiro em caixa, reservas livres, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias no momento de sua aplicação.

c) As aplicações interfinanceiras

As aplicações financeiras devem ser classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação a valor justo reconhecido em contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

d) Instrumentos financeiros – Através das circulares nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e 3.082, de 30 de janeiro de 2002, o Banco Central do Brasil estabeleceu novos critérios de avaliação e classificação contábil dos Instrumentos Financeiros, que estão sendo observados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- e) Negociação e Intermediação de Valores - Demonstradas pelo valor das operações de compra/venda realizadas junto as Bolsas de Valores, por conta própria ou de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.
- f) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com as normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

g) Permanente

Imobilizado de Uso – Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (moveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados).

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 20%, conforme legislação em vigor.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos do Banco, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

j) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação, quando aplicável, é calculado considerando-se o número de ações em circulação na data de encerramento do período.

Estes valores são calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço.

- k) Em atendimento ao que determina a Circular 2.804 do Banco Central do Brasil, registra-se levantamentos efetuados pela RFB relativos a 7 processos sobre PIS/COFINS, cujo montante de principal é da ordem de R\$ 41.250.650,77 (quarenta e um milhões duzentos e cinquenta mil seiscientos e cinquenta reais e setenta e sete centavos) para os quais o Banco obteve Decisão do STF que concedeu “Tutela de Urgência” suspendendo todos os Processos relativos a PIS/COFINS.

NOTA 4 – PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM OUTRAS SOCIEDADES

A Companhia possui 100% das cotas do **BANCLASS Fundo de Investimento em Ações** e 100% das cotas do **Fundo de Investimento de Ações Dinâmica Energia** que por sua vez possui 99,99% da **Cia Dinâmica Energia S/A**, caracterizando desta forma controle na tomada de decisões de ambas as companhias.

Os Investimentos no Banclass e FIA Dinâmica estão classificados no ativo do Banco Clássico na rubrica “Fundos de Investimento” enquanto a Dinâmica Energia encontra-se classificado no ativo do FIA Dinâmica Energia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

O resultado abrangente é calculado ajustando-se o resultado do exercício ou período acrescido ou diminuído do ganho ou perda do ajuste a valor de mercado na data do balanço e seus tributos devidos, tributos estes classificados na rubrica “impostos diferidos” e está sendo apresentado em quadro específico nas demonstrações financeiras.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Estão representados por:

CONTROLADORA

Descrição	06.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Caixa	153	148
Reservas Livres em espécie – Banco Central do Brasil	214	347
Aplicações em operações compromissadas	1.344.849	1.126.428
Total	1.345.216	1.126.923

CONSOLIDADO

Descrição	06.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Caixa	153	148
Depósitos Bancários	9	83
Reservas Livres em espécie – Banco Central do Brasil	214	347
Aplicações em operações compromissadas	1.344.849	1.126.617
Total	1.345.225	1.127.195

Face às alterações de divulgação e apresentação das demonstrações contábeis previstas pela Circular BCB 3.959/19, as aplicações interfinanceiras de liquidez em operações compromissadas passaram a integrar o agrupamento “Caixa e equivalentes a caixa”. Nesse sentido, as informações comparativas relacionadas a esse agrupamento foram divulgadas de maneira retrospectiva no Balanço Patrimonial e Demonstração do Fluxo de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 7 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros integrantes da carteira própria do banco estão classificados na categoria disponível para venda e podem ser assim demonstrados:

CONTROLADORA

	06.2020	12.2019
Carteira Própria:	R\$ Mil	R\$ Mil
LFT	40.499	24.958
Cotas de Fundos	9.125.345	10.368.452
Total	9.165.844	10.393.410
Vinculados a Ações de Empresas Estatais		
Moedas de Privatização	54	54
Ajuste a Valor de Mercado	(54)	(54)
Total	-	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas (<i>Nota 7.a</i>)	24.948	30.111
Total	24.948	30.111
Total Geral	9.190.792	10.423.521

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 7 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

	06.2020	12.2019
Carteira Própria:	R\$ Mil	R\$ Mil
LFT	761.935	731.107
Cotas de Fundos	-	-
Ações de Companhias Abertas	7.049.847	8.447.060
Total	7.811.782	9.178.167
Vinculados a Ações de Empresas Estatais		
Moedas de Privatização	54	54
Ajuste a Valor de Mercado	(54)	(54)
Total	-	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas (<i>Nota 7.a</i>)	24.948	30.111
Total	24.948	30.111
Total Geral	7.836.730	9.208.278

NOTA 7.a – VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

Estão representadas por garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, para o Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 17.b – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

O Banco Clássico era titular 1.121.844 ações ordinárias da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, bloqueadas em razão da garantia oferecida nos autos do processo nº 0070119-89.2015.4.02.5101 na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do rio de Janeiro. Porém, em 16 de setembro de 2019, essas ações foram alienadas pelo custodiante, sem a autorização ou ciência do Banco, para atendimento de ofício que requeria o depósito judicial correspondentes aos frutos e bonificações dessas ações penhoradas. Como consequência, o Banco Clássico notificou o custodiante para que as referidas ações fossem devolvidas a sua custódia. Até a aprovação das presentes demonstrações contábeis as ações ainda não haviam sido restituídas ao Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 8 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Os recolhimentos correspondentes representam recursos em operações típicas de crédito rural:

CONTROLADORA

	06.2020	12.2019
Créditos Vinculados	R\$ Mil	R\$ Mil
Recolhimento de Recursos do Crédito Rural	2	1
Total	2	1

CONSOLIDADO

	06.2020	12.2019
Créditos Vinculados	R\$ Mil	R\$ Mil
Recolhimento de Recursos do Crédito Rural	2	2
Total	2	2

NOTA 9 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante os semestres findos em junho de 2020 e dezembro de 2019 não ocorreram operações de crédito no Banco Clássico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS

Estão representados substancialmente pela Interposição de recursos Fiscais e dividendos e juros s/Capital Próprio a Receber.

CONTROLADORA

	06.2020	12.2019
Rendas a receber	R\$ Mil	R\$ Mil
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Companhias Abertas	29.674	117.778
Total	29.674	117.778
Diversos		
Adiantamento e Antecipações Salariais	106	70
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Interposição de Recursos Fiscais Lei 9703/98 (<i>Nota 10.a</i>)	106.104	106.105
Impostos a compensar	1.070	1.069
Total	107.580	107.544
Total Geral	137.254	225.322

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

CONSOLIDADO

	06.2020	12.2019
	R\$ Mil	R\$ Mil
Rendas a receber		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Companhias Abertas	80.226	210.438
Total	80.226	210.348
Negociação e Intermediação de Valores		
Operações com ações – depósitos em garantia	-	6.099
Total	-	6.099
Diversos		
Adiantamento e Antecipações Salariais	106	70
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Interposição de Recursos Fiscais Lei 9703/98 (Nota 10.a)	106.104	106.105
Impostos a compensar	1.070	1.069
Total	107.580	107.544
Total Geral	187.806	323.991

NOTA 10.a – INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS FISCAIS

O saldo está representado por recursos oriundos de investimentos ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, depositados judicialmente pela companhia e pelo resultado da venda das ações mencionada na nota explicativa 7.a, em cumprimento a determinação judicial, como garantia para Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 17.b – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

NOTA 11 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 11.a – INVESTIMENTO

Posição composta pelo valor de custo da aplicação mantida nas ações da companhia Engie do Brasil (EGIE3), considerando a intenção do Banco Clássico de permanência do referido investimento, com uma participação inferior a 10% do capital social dessa companhia, e classificadas contabilmente como Títulos Disponíveis para Venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Investimentos	06.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Outros investimentos	340.693	340.693

NOTA 11.b – IMOBILIZADO DE USO

Os bens que constituem o permanente da companhia apresentam-se devidamente corrigidos pela variação da UFIR, até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida fixado por espécie de bem. Em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019, a composição do Ativo Permanente é a seguinte:

CONTROLADORA

Imobilizado de Uso	06.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Imóveis de Uso	600	600
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso	(191)	(182)
Móveis e Equipamentos de Uso	16	16
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(11)	(9)
Sistema de Comunicação	14	14
(-) Depreciação Acumulada Sistema de Comunicação	(11)	(12)
Processamento de Dados	130	100
(-) Depreciação Acumulada Processamento de Dados	(75)	(66)
Total Geral	472	461

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 13 – OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o Banco Clássico operou com recompras a liquidar com títulos públicos. Não houve operações compromissadas no consolidado do grupo, conforme abaixo:

CONTROLADORA

	06.2020	12.2019
Recompras a Liquidar	R\$ Mil	R\$ Mil
LTN	1.303.534	2.500
NTN	-	1.113.837
Total Geral	1.303.534	1.116.337

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTROLADORA

Títulos	06.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Pagar	68.838	68.838
Total	68.838	68.838
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	49.489	50.261
Impostos e Contribuições a Recolher	1.359	2.471
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	2.620.730	3.230.152
Total	2.671.578	3.282.884
Diversos:		
Credores Diversos	38	6
Total	38	6
Total Geral	2.740.454	3.351.728

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

CONSOLIDADO

Títulos	06.2020 R\$ Mil	12.2019 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Pagar	68.838	68.838
Total	68.838	68.838
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	49.489	50.261
Impostos e Contribuições a Recolher	1.359	2.471
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	2.620.730	3.230.152
Total	2.671.578	3.282.884
Diversos:		
Provisão para Pagamentos a Efetuar	55	25
Taxa de Administração	19	20
Total	74	45
Total Geral	2.740.490	3.351.767

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 15 - RECEITAS

As principais receitas estão assim distribuídas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	06.2020 R\$ Mil	06.2019 R\$ Mil	06.2020 R\$ Mil	06.2019 R\$ Mil
Receitas Financeiras				
Rendas em Operações Compromissadas	22.897	41.664	22.897	41.664
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.965	8.461	1.965	8.461
Total	24.862	50.125	24.862	50.125
Receitas de Serviços Prestados				
Administração de Fundos	92	91	92	91
Outros Serviços	2	1	2	1
Total	94	92	94	92
Outras Receitas				
Reversão de Provisões Operacionais	158	6	158	6
Total	158	6	158	6
Total Geral	25.114	50.223	25.114	50.223

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 16 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

CONTROLADORA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	06.2020 R\$ Mil	06.2019 R\$ Mil	06.2020 R\$ Mil	06.2019 R\$ Mil
Outras Despesas Administrativas				
Despesas de água, energia e gás	10	11	10	11
Despesas de aluguéis	84	84	84	84
Despesas de comunicações	179	173	179	173
Despesas de contribuições filantrópicas	-	3	-	3
Despesas de manutenção e conservação de bens	6	3	6	3
Despesas de material	8	9	8	9
Despesas de processamento de dados	272	241	272	241
Despesas de publicações	2	58	2	58
Despesas de serviços do sistema financeiro	171	157	171	157
Despesas de serviços de terceiros	-	1	-	1
Despesas de serviços técnicos especializados	1.881	785	1.881	785
Despesas de transporte	6	10	6	10
Despesas de viagem	13	9	13	9
Despesas de depreciação	20	22	20	22
Outras Despesas Administrativas	131	205	131	205
Total	2.783	1.771	2.783	1.771

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco Clássico S/A figura no polo passivo de contingências fiscais no âmbito da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os quais o Banco julga a probabilidade de perdas como possíveis.

Para os processos de execução fiscal, o Banco apresentou garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3 (nota explicativa 7.a) e dividendos dessas ações (nota explicativa 10.a), as quais estão destacadas nas demonstrações contábeis nas rubricas Títulos e Valores Mobiliários – Vinculados à prestação de Garantias e Diversos – Interposição de Recursos Fiscais, respectivamente. Sendo assim representados:

Nota	Descrição	Principal em discussão em 30.06.2020	Principal em discussão em 30.06.2019
17.a	Processos Administrativos	R\$ 24.277 mil	R\$ 21.324 mil
–	Processos de Execução Fiscal	–	–
17.b	Processos de Execução Fiscal – Garantia conforme NE 10.a	R\$ 25.399 mil	R\$ 9.478 mil
17.c	Processos de Execução Fiscal	–	R\$ 16.839 mil
17.d	Processos de Execução Fiscal – Garantia pendente de homologação	R\$ 28.726 mil	R\$ 36.656 mil

Não foram constituídas provisões para contingências fiscais nos semestres findos em junho de 2020 e de 2019.

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Em 13 de fevereiro de 2020 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do Capital Social, com recursos próprios em espécie, no montante de R\$ 66.919.000,00 (sessenta e seis milhões, novecentos e dezenove mil reais) sem a emissão de novas ações, passando o capital social para o valor de R\$ 3.627.666.450,28 (Três bilhões, seiscentos e vinte e sete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos), está representado por 745.686.601 (setecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e uma) ações ordinárias, todas NOMINATIVAS E SEM VALOR NOMINAL, de domiciliados no país.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

c) Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas se referem às aplicações mantidas nos Fundos de Investimento administrados pelo próprio Banco Clássico S.A., além de depósitos à vista de empresas do mesmo sócio controlador.

NOTA 20 – COMPLIANCE

- a) Controles Internos – O Sistema de Controles Internos do Banco Clássico S.A. é gerenciado em observância aos “Atos Normativos” editados pelo Banco Central do Brasil (BCB), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 2020 prosseguiu-se o aprimoramento do Sistema de Controles Internos, contemplando as atualizações necessárias, com observâncias aos procedimentos das atividades da Ouvidoria, da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT, Tecnologia de Informações, Mesa de Operações, do Gerenciamento de Risco, além dos procedimentos de suporte e prevenção do Plano de Continuidade de Negócios.

O ambiente de controle reflete a postura da instituição frente aos riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, mediante políticas, procedimentos e uso de práticas adequadas, definição de alçadas e responsabilidades em todos os níveis organizacionais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- b) Estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais – o modelo de gerenciamento do risco operacional do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e posterior atualizações, que define como risco operacional da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Inclui-se nesta definição o risco legal associado à deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos operacionais inerentes aos seus negócios.
- c) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado – o modelo de gerenciamento do risco de mercado do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 e atualizações, que define como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de perdas detidos pela instituição, incluindo-se os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços das ações. A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Dessa forma, a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da empresa está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos.
- d) Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Crédito – o modelo de gerenciamento do risco de crédito do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 e atualizações, que determina a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Resolução nº 4.557/17 (“CMN”), define como risco de crédito, como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura está integrada com o sistema de controle internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos e risco de crédito.

- e) Risco de Liquidez – o modelo de gerenciamento do risco de liquidez do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (“CMN”) e atualizações, que define como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos de liquidez.

O Banco Clássico S.A. mantém carteira de aplicações em títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que garantem suficientemente suas obrigações, mantidas em nível mínimo, por se tratar de banco não alavancado, concentrando os controles diários no acompanhamento dos limites mínimos de caixa, estabelecido pela Diretoria, os quais permitem que ações prévias sejam adotadas para garantir um caixa seguro e rentável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- f) Gerenciamento de Capital – o modelo de gerenciamento de capital do Banco Clássico S.A. é estruturado em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 (“CMN”) e atualizações. A estrutura é adequada à complexidade de suas operações, e objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto.

O gerenciamento de capital como o processo contínuo de: i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Riscos, e em conformidade à Resolução 4.557/17 (“CMN”), está disponível nas dependências da instituição.

- g) Política de Remuneração – a política de remuneração do Banco Clássico S.A. é estruturada em conformidade com a Resolução nº 3.921/10.

A resolução nº 3.921/10, define como remuneração o pagamento efetuado em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros ativos, em retribuição ao trabalho prestado, compreendendo remuneração fixa, representada por salários, honorários e comissões, e remuneração variável, constituída por bônus, participação nos lucros e outros incentivos associados ao desempenho.

A política de remuneração dos administradores do Banco é compatível com a política de gestão de riscos, formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco e determinada independente do desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- h) **Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)** – a PRSA do Banco Clássico é estruturada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.327/14.

A Resolução CMN nº 4.327/14 estabelece que a PRSA deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas. Define como risco socioambiental, a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

A PRSA do Banco Clássico é alinhada com o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição, e compatível com a natureza da instituição e com as complexidades de suas atividades e de seus serviços e produtos financeiros.

- i) A Ouvidoria dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor, mantendo-se adequadamente estruturada e em conformidade com as resoluções editadas pelo Banco Central do Brasil.

O relatório das atividades da Ouvidoria no contexto das normas legais e regulamentares editada pelo BCB, está disponível nas dependências da instituição.

- j) O Comitê de Auditoria, órgão colegiado, instituído em atendimento a regulamentação do Sistema Financeiro, Resolução nº 3.198/04, art.15 (BCB) e atualização, avaliou, nesse período, o sistema de controles internos e concluiu que o mesmo tem sido objeto de permanente atenção por parte da administração e, vem sendo aprimorado e mostra-se efetivo e adequado às necessidades dos negócios da Instituição.

Da mesma forma foram realizados trabalhos pela Auditoria Interna, em conformidade com a resolução nº 4.588, de 29 de junho de 2017, com o propósito de avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de risco e governança corporativa da instituição, que não relatou nenhuma inconformidade no Sistema de Controles Internos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- k) Fundo de Investimento – a estrutura de controles internos para gestão de recursos, para distribuição de títulos e valores mobiliários, para custódia e para administração fiduciária implantada, em conformidade com as instruções CVM nºs 604/18, 598/18, 558/15, 555/14, 542/13, 543/13, 505/11, 301/99 e atualizações, atendem às normas, políticas e regulamentações vigentes, assegurando a confidencialidade e fidelidade das informações e a prestação de informações aos clientes, aos cotistas, ao COAF e à CVM.
- l) Índice de Basileia – as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter Patrimônio de Referência mínimo de 8% a partir de 2019, correspondente ao “Fator F” de ponderação previsto, dos seus ativos ponderados por graus de risco conforme normas e instruções do BACEN.

	06.2020	12.2019
	R\$ Mil	R\$ Mil
Patrimônio de Referência – PR	6.970.384	7.648.732
Ativos Ponderados por Risco – RWA	15.001.248	18.774.498
Parcela Referente ao:		
Risco de Crédito	528.977	665.164
Risco de Mercado	14.240.456	17.804.609
Risco de Operacional	231.815	304.725
Valor de Margem		
(PR-RWA*fator de ponderação)	1.200.100	6.146.772
Índice de Basileia		
(PR/RWA)	46,47	40,74

O BANCO CLÁSSICO cumpriu, durante o período, os requisitos mínimos de capital previstos na regulamentação em vigor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2020 E JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 15 de setembro de 2020, o Banco Central do Brasil aprovou as deliberações debatidas e formalizadas através da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31 de julho de 2020, dentre elas, o aumento do Capital Social com a incorporação de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 109.386.012,78, apurados com base no lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 3.737.052.463,06.
- b) Desde o início de janeiro de 2020, o surto de “coronavírus” é uma situação ainda em evolução, com impactos adversos na atividade econômica global. O estágio atual dessa pandemia impede qualquer prognóstico sobre os impactos na economia nacional. Este evento impacta adversamente as condições econômicas e de mercado. A pandemia desencadeou uma importante desaceleração econômica global, trazendo reflexos na precificação atual dos ativos financeiros e derivativos de uma forma geral. As Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2020 não registram os impactos destes fatos subsequentes. A Diretoria executiva do Banco está monitorando os eventos econômicos relacionados à pandemia provocada pelo “coronavírus” e coordenando suas respostas operacionais com o acionamento dos planos de continuidade de negócios existentes, respeitando as orientações dos órgãos governamentais e de saúde, dos reguladores do mercado financeiro e de capitais.